

# Sob “discursos cruzados”

## 1 – Insatisfações invadem as escolas<sup>1</sup>

Prof. M.e Hermes Honório da COSTA

---

**Resumo:** Este artigo faz uma abordagem de dois fatos ocorridos no espaço escolar à luz da análise do discurso. A abordagem quer lançar luz sobre a realidade da educação escolar em Minas Gerais, no que diz respeito às políticas de governo para este setor e mostrar como o discurso político e econômico de governo controla as ações dos educadores e atrasa as mudanças sociais que se fazem imperativas.

**Palavras-chave:** educação; discurso; sujeito

---

*“Si se calla el cantor, calla la vida  
porque la vida, la vida misma es todo un canto  
si se calla el cantor, muere de espanto  
la esperanza, la luz y la alegría”<sup>2</sup>*

*“Uma mentira dita várias vezes  
acaba por tornar-se verdade.”<sup>3</sup>*

Em primeiro lugar, e antes de fazer qualquer referência às epígrafes postas acima, uma pergunta e uma constatação saltam aos olhos e ouvidos de todo observador. Por que não se pode dizer aos olhos e ouvidos de todos, de todo mundo? E a resposta é óbvia e imediata: ver é uma prática generalizada, com exceção dos cegos, todos veem. Mas enxergar, observar, preocupar-se com, envolver-se em... é só para quem tem o espírito de observador.

Essa é uma ideia um tanto simples. Ela está na boca de observadores iniciais que não chegam nem mesmo a escreverem e muito menos a assinarem o que dizem, quando afirmam que “vê todo mundo vê, mas poucos são capazes de enxergar as coisas”, da mesma forma há quem diga que “todos ouvem, mas poucos são capazes de escutar”. Mas esta realidade é também uma questão bastante complexa e está abordada e assinada por muitas pessoas reconhecidas no espaço cultural e acadêmico, como exemplo, a escritora Tatiana Belinky<sup>4</sup>, em entrevista concedida a Luiz Henrique Gurgel para a revista **Na Ponta do Lápis**<sup>5</sup>, respondendo a pergunta: “– Que recomendações a senhora pode dar a esses educadores (Nossos leitores são professores de escolas públicas. Trabalham com crianças e jovens o ensino da leitura e da escrita)?”:

Diria: quer escrever? Isso eu falo também para as crianças que me perguntam como fazer para ser um escritor. Para começar tem que aprender a escrever fluente. O importante é abrir os olhos, os ouvidos, sentir cheiro, prestar atenção em tudo. Não olhar para as coisas sem enxergá-las. Porque é isso que acontece com as pessoas: ouvem alguma coisa e não escutam nada. Ouvir e escutar, ver e enxergar são coisas diferentes. Tem que saber a diferença no sentido das palavras e absorver tudo em volta. Absorver e observar. (...) Se você prestar atenção, usar a sua cabeça, ouvidos, olhos, dá até para um dia abrir a boca e botar no trombone, se for preciso.

De volta à primeira frase, qual a pergunta e a constatação que saltam aos olhos e ouvidos e que se apresentam como desafio? Ambas estão aí.

**Pergunta: – Por que a educação básica escolar não agrada as famílias, infelicita os professores e os alunos e não prepara os jovens para os desafios da vida e da sociedade do presente e do futuro?**

**Constatação: Há, na atualidade, um clima de descontentamento que ocupa o espaço escolar, nas escolas de Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio).**

Esta pergunta posta suscita outras perguntas e reflexões sobre o papel da Escola e sobre a educação escolar oferecida às crianças e jovens. Para isto, pode-se começar pensando o papel da Escola na sociedade presente e, em alguns momentos anteriores, na História desta mesma sociedade.

Nem sempre a educação escolar e a Escola tiveram o papel que desempenham hoje. Em um momento anterior, na burguesia capitalista dos dois últimos séculos, a Escola cumpriu o papel de Aparelho Ideológico do Estado e funcionou como espaço e agente fundamental de reprodução das condições de produção do modelo ideológico do Estado

capitalista dominante. À escola coube encarregar-se das crianças de todas as classes sociais desde a mais tenra idade, inculcando nelas os saberes contidos da ideologia dominante (através da língua materna, da literatura, da matemática, da ciência, da história...) ou simplesmente a ideologia dominante em estágio puro (através da educação moral, cívica, filosófica...).

A Escola, especialmente no presente, destaca-se entre os agentes sociais de dominação e nenhum outro Aparelho Ideológico de Estado dispõe de uma audiência obrigatória por tanto tempo e durante tantos anos e exatamente no período em que o indivíduo é mais vulnerável e está ameaçado por duas forças: o Aparelho Ideológico de Estado familiar e o Aparelho Ideológico de Estado escolar.

Feitas estas simples constatações, pergunta-se: qual é o espaço ocupado pela Escola no tempo presente, no Brasil, em Minas Gerais...? Não seria o mesmo apontado no parágrafo anterior? Não. É muito mais perverso, ainda que doa para todos nós e mesmo que passe despercebido para a maioria das pessoas, notadamente para a maioria dos agentes sociais que estão dentro das escolas (professores, administradores, trabalhadores dos serviços gerais). Com o advento da onda de “globalização”<sup>6</sup> e com o neoliberalismo dominante, a Escola, como Aparelho Ideológico de Estado, ganhou novos instrumentos e formas de crueldade. Passou a tratar como objetos de suas ações e seus controles não as crianças e jovens apenas, mas também os pais e os professores destas crianças e jovens e todos os profissionais que prestam serviços neste espaço escolar. É aí que entram alguns elementos novos nas ações do Estado e, porque não se tem conhecimento e compreensão destes elementos novos, pais, professores e alunos, todos acabam vitimados e atingidos por esta sujeição administrada pelo Estado atual. Trata-se de uma situação tão grave que nem se pode imaginar o que diria o autor de *Aparelhos Ideológicos de Estado*<sup>7</sup> se vivesse hoje e presenciasse esta nova face da Escola.

A proposta deste artigo é fazer uma pequena inserção de análise reflexiva nesse universo escolar e por meio de uma visita específica a uma escola pública estadual, detectar material analítico, e, a partir daí, provocar outras reflexões e escrituras sobre as condições a que se chegou a sociedade presente no que diz respeito à Escola e à educação escolar. Assim, é bom, sem perder de vista as referências teóricas sobre Educação e Escola, voltar-se para a materialidade do que se pode ou se pôde encontrar nesse exercício de observação do fenômeno considerado.

Dois focos foram isolados para, a partir deles, serem tecidas as análises, reflexões e conclusões. Portanto, é assim que se vai aos fatos focalizados.

\*

1) **Fato número um.** Em uma escola pública estadual de Minas Gerais, localizada em uma cidade de aproximadamente 100 mil habitantes (Araxá), o retorno às aulas, em 1º de fevereiro de 2009, chamou a atenção com um fato simples, quase banal: estava pregada nas portas das salas a identificação das turmas de alunos como 1º. Ano, 2º. Ano, 3º. Ano... até 9º. Ano. Os professores começaram a perguntar: “É 6ª. série ou 7º. ano? O que a gente vai usar?”. E os alunos também não entendiam e perguntavam: “Nós estamos na 7ª. série ou no 8º. ano?”, cada um de acordo com sua realidade.

\*

2) **Fato número dois.** Era final de ano de 2009, 21 de dezembro. A professora A.L.B.<sup>8</sup> preenchia os últimos dados em seu “diário de classe”, louca por terminar de vez as atividades escolares daquele ano. Ligeiramente nervosa, ela falava a um interlocutor, mas, na verdade, falava era consigo mesma: “– Estou cansada! É essa trabalhadeira toda e nenhum reconhecimento. Só leis, portarias e até sugestões, mas que somos obrigados a acatar, mesmo sabendo do absurdo que é e da perda de tempo e de energia que se tem, enquanto poderíamos nos ocupar com ações úteis, construtivas e de transformação desta realidade que não nos agrada. Até nem sei como será o futuro de nossos filhos e das futuras gerações... Mas o que mais me irrita é que tiram a palavra da gente, calam nossa boca, nos silenciam, nos deixam de pés e mãos amarradas...”

\*

O **fato número um** provocou uma indagação que clama por explicação e entendimento. O que estaria gerando estas dúvidas nos professores, nos alunos e, depois, nos próprios pais, mas especialmente nos professores? Seria um não entendimento do que parecia óbvio ou, pelo contrário, a presença de uma situação nova e desconhecida? Na verdade, tratava-se de uma realidade linguística buscando sentido e gerando conflitantes efeitos de sentido. Ou, de forma mais incisiva, pode-se fazer a pergunta como afirmação: onde faz sentido aquela nova expressão linguística? E a resposta pode vir através de uma consideração sobre a constituição do sujeito e do sentido no discurso, conforme está em Fernandes (2005). Eles se constituem ao mesmo tempo. Inserir um novo enunciado e uma nova palavra – como no caso citado – que provocam e impõem novos sentidos e efeitos de sentido, os sujeitos aí presentes já estão também afetados em sua constituição, já não são os mesmos.

Assim, a simples mudança de nomenclatura das turmas escolares forçadamente impõe a transformação dos sujeitos aí presentes e atuantes. Eles já não são mais os mesmos, pode-se repetir para confirmar. Eles acabam abalados e imediatamente deslocados de sua posição de sujeitos para outra posição que, em um primeiro instante, nem eles mesmos

conseguem entender, compreender e dominar. E, feito assim dessa forma, provocou-se uma ruptura tão intensa nos professores, como sujeitos, que eles foram marcados por um deslocamento tal, que os tem forçado a um de dois comportamentos possíveis: ou a alienação e adesão ideológica ao poder dominante, por um processo de assujeitamento involuntário ou até mesmo consciente, mas que lhes garanta sobrevivência e inscrição nesse espaço de discurso, ou a insatisfação, por serem levados a atuarem no universo de uma prática social com a qual não concordam, caracterizando um quebrar do sujeito no interior de sua própria subjetividade, marcada por uma atuação em que o sujeito esconde-se por detrás de uma máscara sobrepondo uma subjetividade sobre outra, em um jogo de imagens e espelhos que só pode gerar insatisfações, visto que os sentidos postos já são programaticamente mascarados, falseados, escamoteados, desviados... em uma prática discursiva que alimenta ainda mais a insatisfação, a frustração e os próprios deslocamentos do sujeito, visto que sujeito e sentido estão para o discurso e no discurso em qualquer circunstância de sua produção. Não é possível a constituição de um sujeito independente do discurso em que está inscrito e sem ser afetado pelos sentidos e efeitos de sentido com os quais e nos quais tem a sua existência como tal. Uma prática que tem sido caracterizada pela presença de professores com alto grau de insatisfação, traduzidas em revoltas, quadros doentios, estresses inexplicáveis e quadros de isolamentos sociais e de loucuras dos mais diferentes níveis.

Como se vê, pode-se pegar emprestadas as palavras de Ganga Zumba<sup>9</sup> – “Este é um tempo de guerra! Este é um tempo sem sol!” – ou de Carlos Drummond de Andrade (1977, p. 144)– “Este é tempo de partido / tempo de homens partidos” – para ilustrar o quadro de obscuridade, de opressão e de repressão que se vive no espaço do universo escolar hoje. Não é sem observação ou sem causa que se ouve dizer que entre os quadros de opressão na atualidade, um deles pode ser localizado dentro das escolas, no exercício profissional dos professores.

Quando Eni Orlandi (2002, p. 78) diz que “proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos”, pode-se dizer pelo lado oposto, com toda segurança, que se colocam certas palavras para se colocarem certos sentidos. E isto tem sido uma prática e um exercício constante das forças de dominação social no presente, pois são as palavras que dão sentido às coisas, aos acontecimentos; sem elas, pode-se dizer com o narrador bíblico da “criação” – “No princípio... a terra, porém, estava informe e vazia; as trevas cobriam o abismo... e Deus disse: “Faça-se a luz!”. E a luz foi feita.” (Gen. 1, 1-3)<sup>10</sup> – para se afirmar a importância da palavra na produção dos sentidos e dos efeitos de sentido.

Assim, pode-se dizer que a simples mudança de nomenclatura das turmas de alunos nas escolas acabou gerando uma enorme mudança no espaço escolar, pois os sujeitos e os

sentidos ali instalados, até então, foram fortemente afetados por essa alteração nominal.

Voltado o olhar para o **fato número dois**, de certa forma, fica-se no mesmo espaço de indagação favorecido pelo fato número um, mas acrescido de duas outras situações novas: a insatisfação declarada daquela professora e fundamentada em fatos concretos e o seu desespero por estar em uma condição de silenciada e sem condições para reagir contra as forças que a colocaram em tal posição. O que estaria favorecendo esta realidade presenciada seria tão somente a Escola ser um Aparelho Ideológico de Estado, conforme está em Althusser (2000)? Ou seriam outras práticas sociais de reprodução que estariam sendo experimentadas como forma de dominação e de conservação das ideologias dominantes?

Além destas, é claro, outras tantas perguntas e afirmações podem ser feitas, mas o que se quer, nessa abordagem é buscar respostas ou entendimentos para as perguntas que estão colocadas nas primeiras linhas deste texto e que falam da insatisfação dentro da Escola e com a Escola.

Carlos Drummond de Andrade (1977), em um de seus poemas, afirma que as palavras estão dormindo, repousando nos dicionários e que é preciso acordá-las, trazê-las para o texto, convidá-las a participar do discurso, para que façam sentido. Da mesma forma, Saussure (1978) diz que “as palavras só têm sentido em função do discurso”.

Ancorado em Drummond e em Saussure, por instantes, pode-se voltar a reflexão, como em parágrafos anteriores, sobre a realidade constatada, para o campo do sentido e da produção de sentido e, conseqüentemente, para o espaço dos efeitos de sentido. E, assim, pergunta-se: que sentido tem ou produz essa mudança de nomenclatura de série para ano, como está no fato número um? A resposta vem logo: muitos. Primeiro, aponta o objetivo do sistema que é ter controle sobre o próprio sentido do que está escrito; essa mudança só interessa ao Estado e a seus instrumentos de dominação. No espaço Escola, ele não teria razão porque ano de escolaridade não agruparia alunos de idades diferentes e de ritmos de aprendizagem e de desenvolvimento diversificados. Segundo, subliminarmente, está dizendo aos alunos e professores que todos os alunos ficarão até o nono ano de escolaridade na Escola e serão automaticamente promovidos, ano a ano, e reconhecidos como concluintes do Ensino Fundamental, independentemente do seu desenvolvimento no que diz respeito ao acesso e apropriação do conhecimento socialmente construído e à construção de novos conhecimentos, bem como independentemente da construção das habilidade e competências necessárias. O aluno passaria pela escola aqueles anos e pronto. Ao professor estaria confirmado o seu papel de reprodutor do modelo ideológico vigente e de agente social junto às crianças e jovens para que elas não se tornem delinquentes e criem

um novo problema para o Estado, que este já não dá conta de administrar e resolver os problemas sociais existentes. Tem ainda o sentido de tirar dos professores o papel de agentes culturais; de fazer com que a Escola não seja um espaço de circulação de bens culturais, e de mostrar para as crianças e jovens que irem à escola e estudarem não é mais um caminho para a ascensão social, crescimento intelectual e construção cultural. E, nesta linha de raciocínio, outros tantos sentidos podem ser detectados.

Mas é bom visitar a legislação vigente, como recurso de compreensão da realidade escolar e do papel e poder do Estado neste universo.

O Ensino Fundamental de nove anos, previsto pelo Decreto nº. 9.394, de 1º. de agosto de 1996, em Minas Gerais, foi estruturado, ultimamente, e pelo governo atual, através da Resolução nº. 469, de 02 de fevereiro de 2004, ratificada pela Resolução nº. 521, de 25 de janeiro de 2005, ambas da Secretaria de Estado da Educação. , e lá De acordo com esse Decreto, as séries iniciais compreendem o Ciclo de Alfabetização (Fase Introdutória, Fase I e Fase II), com duração de três anos, e o Ciclo Complementar de Alfabetização (Fase III e Fase IV), com duração de dois anos, e com as séries finais do Ensino Fundamental sendo nomeadas como 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. A partir daí, o primeiro ano passou a ser chamado de Introdutório. Tem sentido? Tem. Introdutório, a própria palavra já explica e esclarece; ciclo e série é um tempo variável que cada aluno tem para vencer o desafio de construir determinadas competências e dominar determinadas habilidades no seu processo de aprendizagem, domínio do conhecimento socialmente construído e construção de conhecimentos a partir de sua própria expressão como sujeitos. O tempo para que se faça isso não está preso ao tempo de um ano, por exemplo. E esta estruturação respeita outros instrumentos legais do Estado de Minas Gerais e da Federação.

Essa organização foi alterada pela Resolução nº. 1.086, de 16 de abril de 2008, da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Tal mudança feita, nomeando os tempos no Ensino Fundamental como **1º., 2º., 3º...** até o **9º. ano**, provoca efeitos de sentido com consequências incontrolláveis, como já se focalizou anteriormente. E a pergunta que irrompe agora é esta: por que a presença, não só das palavras, mas desse discurso no contexto escolar?

Lembrando que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (Pêcheux, 1997, p. 160)

A direção da reflexão é deslocada do espaço do texto que lá está escrito nas portas das salas, nos horários de trabalho dos professores e dos alunos... para o espaço do discurso, agora visto como um acontecimento, conforme está em Pêcheux (2002), ou seja, o discurso tomado não só do ponto vista da atualidade, da materialidade escolhida como corpus para análise, mas também da memória, de todas as outras atualidades, dispersas no tempo e no espaço e que fazem parte das suas condições de produção. Assim, podemos afirmar que os fatos número um e número dois, na perspectiva do discurso, não podem ser vistos em si mesmos como se fossem uma realidade estanque e que têm sentido em si próprios. Pelo contrário, o sentido que eles têm e que produzem depende também de outros tantos fatos que tecem a teia discursiva na qual estão inseridos. Ainda eles arrastam consigo todas as consequências desse engendramento que está por detrás de um acontecimento manifesto em uma atualidade, como são estes dois fatos, base desta reflexão e análise.

Tomar estes dois fatos para análise e reflexão, desta forma, significa dizer que é preciso refletir sobre a educação e sobre a Escola, como instituição. É preciso abrir os olhos, ver e enxergar o grande acontecimento, que é o processo educacional nas escolas, como uma trama de acontecimentos outros que estão fora dos bancos escolares, de caráter político e econômico e que definem as práticas de alunos e professores dentro dos muros escolares com todo o seu caráter de reprodução das condições de produção que favorecem a permanência e conservação dos modelos políticos e econômicos de interesse do Estado e de suas forças de controle social e de autossustentação.

Por que não pensar no fato de que o papel da educação e suas operações e suas práticas cotidianas são determinados fora quem, na base econômica da sociedade, como resultado de um acontecimento bem mais amplo e que tem raízes em diferentes momentos e espaços da sociedade com suas práticas específicas? As razões daquela professora estar em tal posição (fato número dois) não seriam todas de ordem econômica e política? A imposição de palavras e expressões, “práticas administrativas” e medidas de coerção não seria tudo isso formas e medidas de resignificações e de implantação de outros sentidos e efeitos de sentido como recurso de instauração de uma nova política de educação, contrária ao perfil ideológico dos sujeitos ali constituídos e presentes, e favorável a um Estado, política e ideologicamente comprometido com uma ordem econômica neoliberal, já sem sustentação, mas que busca a sobrevivência a qualquer custo? Portanto, as motivações para os dois fatos abordados não seriam de caráter econômico e ideológico, protagonizado pelo “Estado neoliberal”, que quer fazer de seu discurso o discurso dominante e, em consequência, a sua prática? O silenciamento alegado pela professora não seria, mesmo, uma prática de sujeição ao Estado através das artimanhas do discurso com suas tramas,



impenetrabilidades e forças incontrolavelmente dominadoras? Basta lembrar que a constituição dos sujeitos está intimamente ligada à constituição dos discursos e dos sentidos praticados pelos mesmos sujeitos, como já foi dito neste texto anteriormente. Assim, a palavra, veículo do discurso e do sentido, uma vez adotada e utilizada e praticada pelo sujeitos acaba funcionando como constituinte dos mesmos sujeitos, porque o sujeito é aquilo que fala e que significa.

Visitando Foucault e o que ele fala sobre educação e discurso, encontra-se:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (Foucault 2004, p. 43-44).

Pegemos o fato número dois, marcado pela insatisfação com o fazer alienante e pela revolta com o silenciamento sofrido e mais a insatisfação que se tem percebido na sociedade em relação ao papel desempenhado pela Escola. O discurso presente na nomeação das turmas e os seus efeitos de sentido não seriam causas geradoras destas consequências, tomando a insatisfação, o fazer alienante e o silenciamento aí percebido como consequências de alguma coisa e não como fatos isolados em si mesmos? Se se sair dos fatos escolares, o discurso neoliberal do atual governo de Minas Gerais, com seu “Estado mínimo” ou com seu “choque de gestão” não seria gerador destas consequências? E, atrás de tudo isto, não se teria toda uma prática social localizada nos estabelecimentos escolares do Estado de Minas Gerais, garantindo a presença deste discurso político, econômico e ideológico, com todos os efeitos por ele provocados, tanto no que diz respeito à produção de sentidos e efeito de sentidos, quanto no que diz respeito à imposição e manutenção de uma prática social que reproduz o comportamento e ideologia confirmados pelo sistema político-econômico vigente como ideais e necessários?

Neste contexto, pode-se afirmar, até conclusivamente, que raros são os professores que se posicionam contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas que os aprisionam. A maioria dos professores, em toda a rede pública de educação estadual, nem sequer suspeita do trabalho que o sistema os obriga a fazer. Pior ainda, essa grande maioria dos professores põe todo o seu empenho e engenhosidade em fazê-lo de acordo com as últimas orientações e os métodos novos. Eles questionam tão pouco que, pelo próprio

devotamento, contribuem para manter e alimentar essa representação ideológica da escola e passam a defender como verdade aquelas mentiras – nesta hora, pode-se lembrar Goebels – que os fazem sofrer e perecer, exatamente pelas ações do mesmo sistema que os minimiza, que os silencia e mata.

Para não fechar este texto e esta reflexão e deixar aquela professora na condição de sofrimento e de silenciamento, é bom que se diga que há dois lenitivos como saídas. O primeiro é a tomada de consciência do sentido que as “coisas” têm; é o conhecimento. Esta postura gera a desalienação, que é uma forma de sofrer sem dor ou de alegrar-se em profundidade. O segundo lenitivo é que sempre resta ao sujeito o seu poder de resistência e direito à rebeldia.

Portanto, a professora do fato número dois, tomada como sujeito, pode muito bem resignificar o seu fazer alienante daquela atualidade, transformando-o em ação de resistência ao fazê-lo do seu jeito e não simplesmente como quer o sistema de dominação presente na Escola. Mais ainda, ao manifestar sua indignação como forma de resistência estará ela incorporando novos sentidos a esse universo discursivo e alterando os valores de verdade desejados pelo poder sócio-político e econômico presente na Escola.

Quanto ao fato número um, pode-se dizer dele algo semelhante. Uma vez não podendo ser negada e nem banida a referência a ano de escolaridade (1º. ano, 2º. ano... 9º. ano), como quer o poder dominante, ela pode ganhar um novo sentido, em que ano não quer dizer só o espaço de 365 dias, mas também o tempo necessário para que o aluno vença determinados desafios de sua vida escolar. Cria-se assim uma situação nova: os nove anos de escolaridades previstos pelo sistema de poder escolar podem durar dez, onze, doze ou mais anos para serem realizados.

Este texto fica encerrado, pelo menos nesta sua versão, com uma citação buscada em Gregolin (2002, p. 121) sobre a incontornabilidade do discurso e as possibilidades dos sentidos:

Esse é o risco dos sentidos. Não há discurso estanque que os torne de todo “controláveis” nem discurso que garanta uma correspondência estrita aos lugares (posições) em que é produzido. Uma vez posto em circulação, ele pode se deslocar por qualquer ponto dos processos discursivos.

Com esta citação, quer-se afirmar que, embora os embates aconteçam e sejam vistos e enxergados sempre na ordem da materialidade e dos sujeitos empíricos, a construção dos sentidos e de todas as suas consequências e interferências só pode ser realizada no

espaço do discurso e do sujeito, na presença da linguagem, em especial da linguagem verbal, com preferência para a escrita, que é a forma de registro mais permanente de linguagem, pelas possibilidades que oferece de retorno e acesso “ao que foi dito”.

### **Em tempo:**

1) A segunda epígrafe está, em referência a este texto, lembrando que o valor de verdade de qualquer enunciado depende não simplesmente de sua “repetição”, mas da aceitação, pelos sujeitos, do sentido ou sentidos que desperta.

2) E a primeira epígrafe vem como interface desse texto resgatar o papel significativo do professor, pois ele é tal qual o poeta, o “cantor”, é vital para a sociedade.

## **Referências**

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro-RJ:Graal Editora, 2001.

ANDRADE, C. D. **Poesia completa e prosa**. Ed. Nova Aguilar S.A., Rio de Janeiro, 1977. p. 138-139.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia, GO. Trilhas Urbanas, 2005. 117 p. ISBN: 85-99139-05-3.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 11ª. ed. São Paulo, SP. Edições Loyola, 2004. 79 p. ISBN 85-15-01359-2.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2002. 189 p. ISBN: 85-268-0221-6.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed.

Campinas, SP. Pontes. 2002. 68 p. ISBN: 85-7113-043-4.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso** – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. 3ª ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1997. 317 p.

SAUSSURE, F. As palavras sob as palavras – Os anagramas de Ferdinand de Saussure. In. **Textos selecionados de F. de Saussure; R. Jakobson; L. T. Hjelmslev; e N. Chomsky**. Os Pensadores (coleção). Traduções de Carlos Vogt et al. 2 ed. São Paulo-SP. Abril Cultural, 1978.

## Notas

<sup>1</sup> Este é o primeiro de uma série de textos que objetiva fazer uma reflexão discursiva sobre fatos da atualidade, tendo como referencial a análise do discurso e tomando como corpus alguma manifestação discursiva.

<sup>2</sup> Primeira estrofe da canção composta por Oracio Guarany e interpretada por Mercedes Soza. LP Mercedes Soza. Rio de Janeiro, 1975, Faixa 1, Lado B.

<sup>3</sup> Esta frase, resultante de uma tradução livre, já foi atribuída a Lênin por opositores do regime político que vigorava na antiga União Soviética (comunismo), mas, na verdade, ela é de **Paul Joseph Goebbels**, Ministro do Povo e da Propaganda de Adolf Hitler, na Alemanha Nazista. Ele exerceu severo controle sobre as instituições educacionais e sobre os meios de comunicação. Foi uma figura-chave do regime e é conhecido por seus dotes retóricos. Era um dos líderes políticos nazistas mais destacados, entre os que tinham concluído os estudos superiores.

<sup>4</sup> Tatiana Belinky. Natural de São Petersburgo, na Rússia (1919). Chegou ao Brasil em 1929 (Rio de Janeiro) e vive hoje, em São Paulo, com seus mais de noventa anos de idade. Casado com o médico Júlio Gouveia, também escritor, juntos fizeram a primeira adaptação de Monteiro Lobato para a televisão, em 1952.

<sup>5</sup> Na Ponta do Lápis é uma publicação do CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária). A entrevista a que o texto refere-se está na edição Ano V, número 12, de dezembro de 2009, p. 2-5.

<sup>6</sup> Globalização é um termo do tempo presente e significa tanto o encurtamento e eliminação das distâncias, com a facilitação do acesso às informações de toda ordem, quanto significa o último suspiro de um capitalismo decadente e que, em suas concepções tradicionais e de poder, vem se apresentado como inviável para o presente, notadamente se se pensa em século XXI.

<sup>7</sup> Louis Althusser, filósofo francês, de origem argelina, autor de várias obras, entre elas **Aparelhos Ideológicos de Estado**, em que descreve uma teoria sobre o Estado e suas formas de poder.

<sup>8</sup> A representação do nome da professora por iniciais deve-se em respeito a essa professora, mantendo a sua identidade em sigilo, da mesma forma que não se identificou a unidade escolar, porque o que está em foco é o fato, o fenômeno, o acontecimento, e não as pessoas ou a escola em sua individualidade.

<sup>9</sup> Ganga Zumba, personagem de uma peça teatral, sujeito “mitológico” e uma das faces do histórico Zumbi dos Palmares. As frases citadas estão na peça teatral escrita por Chico Buarque e Paulo Pontes. Elas foram tiradas do disco com a gravação do espetáculo levado à cena na década de 1970, especialmente no Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Bíblia Sagrada. Editora Ave Maria. São Paulo, SP. 1958, p 53.

**\* Prof. M.e Hermes Honório da Costa**

**Currículo - <http://lattes.cnpq.br/4639297417731922>**

**Endereço eletrônico: [hermes@uniaraxa.edu.br](mailto:hermes@uniaraxa.edu.br); [hermeshc@gmail.com](mailto:hermeshc@gmail.com)**

---

**Abstract:** This article presents an approach of two events occurring within the school in light of the analysis of speech. This approach wishes to throw light on the reality of school education in Minas Gerais, in relation to the government actions for this sector and show how the political and economic governance discourse controls the actions of teachers and slow social changes that must be imperatives.

**Keywords:** education, speech, subject

---

